



**REPÚBLICA DE ANGOLA**  
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

## **COMUNICADO**

No âmbito das medidas de reforço da legalidade e de moralização da Administração Pública, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos informa que, na sequência do Processo de Inquérito e dos respectivos processos disciplinares instaurados aos funcionários do Cartório de Viana que levou ao seu encerramento provisório, foram concluídas as diligências de apuramento das responsabilidades individuais.

O referido processo **culminou com a demissão por práticas de actos de corrupção e de improbidade lesivas ao Estado**, dos seguintes funcionários:

- Sala Fumuassuca Mário (Notário de 2.<sup>a</sup> classe titular)
- Alves Mulamba Teresa Agostinho (Notário de 2.<sup>a</sup> classe)
- Diogo José Mateus Pascoal (Oficial Auxiliar de 1.<sup>a</sup> classe)
- Asinete Elsa Victor Alexandre (Notária de 3.<sup>a</sup> Classe)
- Branca Mateus Gaspar Miguel (Notária Adjunta)
- Diamilaine Marta Pereira Garcia Nobre (2.<sup>a</sup> Adjunta do Notário)
- Virgínia Carlos Correia (Notário de 3.<sup>a</sup> classe)

Os autos e todos os documentos que integram tanto os processos de inquérito quanto os processos disciplinares foram devidamente remetidos ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), para a abertura dos competentes processos-crime, nos termos da lei.

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos reafirma o seu compromisso com a integridade, a transparência e o respeito pelo interesse público, não tolerando quaisquer práticas que atentem contra os princípios que regem a Administração Pública.

Luanda, aos 11 de Junho de 2025